



**ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e quarenta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma mista, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta à presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados. *"Ata da Centésima Décima Segunda Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Professor Rinaldo e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Trinta e Sete da Centésima Décima Primeira Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nº 67 e 68/2023, do Poder Executivo; Ofícios nºs 1.258 a 1.262/2023, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.622/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Pedro Kemp, Professor Rinaldo e Zeca do PT. Sobre a mesa, as proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Coronel David, Lidio Lopes e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 23/2023, de autoria do Poder Executivo; Projetos de Lei nºs 324, 329, 330, 333, 341 e 343/2023, de autoria Poder Executivo; Projetos de Lei nºs 338, 339 e 340/2023, de autoria do Poder Judiciário; Projeto de Lei nº 348/2023, de autoria do Ministério Público. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçadas à senhora Catarina Ramos da Silva Guató; ao senhor Aleixo Paraguassú Netto e ao senhor Sérgio Marcolino Longen, pelo recebimento do título "Doutor Honoris Causa" da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao Senhor Eduardo Folley Coelho, pela conquista da categoria "Ouro" no Certificado de Gestão Sustentável de Empreendimentos Turísticos Green Destinations, Selo Internacional de Sustentabilidade; requerimentos de informações, de autoria do deputado Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, João César Mattogrosso, Antonio Vaz, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Lidio Lopes e Paulo Corrêa. EXPLICAÇÕES PESSOAIS – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, sete de dezembro do ano de dois mil e vinte e três."* Foi lida a ata, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de dezembro de 2023: Mensagem nº 69/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que autoriza o Poder Executivo estadual, por intermédio da Agência Popular de Habitação do Estado de Mato Grosso do Sul (Agehab-MS), a conceder isenção do pagamento da contraprestação da participação financeira mensal, que especifica, aos beneficiários da construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda da Comunidade Mandela, localizada no município de Campo Grande (Prot. nº 6908/2023); Mensagem nº 70/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que autoriza o Poder Executivo estadual, por intermédio da Agência Popular de Habitação do Estado de Mato Grosso do Sul (Agehab-MS), a conceder isenção, nos termos que especifica, aos beneficiários de programas habitacionais de construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda, cuja renda mensal bruta se enquadre no Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa Urbana 1, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul” (Prot. nº 6909/2023); Ofício nº 012.0.575.0965/2023, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Junior Mochi (Prot. nº 5604/2023); Ofícios nºs 1.274 e 1.276/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima, Marcio Fernandes, Lia Nogueira, Mara Caseiro, Zeca do PT, Antonio Vaz e João César Mattogrosso; Ofício nº 1.661/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Rafael Tavares (Prot. nº 4366/2023); Carta nº 749/2023, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Mara Caseiro (Prot. nº 5105/2023); Ofício nº 2.685/2023, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 5190/2023). Senhor presidente, está lido o expediente da sessão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, população que nos assiste pela TV Assembleia, assessores de imprensa que prestigiam a nossa Sessão. Tenho algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), e ao senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos-MS (Agesul), por cópias autônomas, solicitando que seja analisada a possibilidade de viabilização de recursos, por meio de convênio, para recapeamento nas seguintes ruas: Cafelândia, Rio Brilhante, Mato Grosso, Gerônimo Marques de Mattos e Ediberto Celestino de Oliveira; quadrilátero central que compreende as ruas Joaquim Texeira Alves, Cuiabá, Hayel Bom Faker e Aquidauana, em Dourados, conforme croqui anexo. O pleito encontra justificativa no anseio da população que encaminhou o pedido ao nosso gabinete. Moção de

congratulação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à doutora Cândice Gabriela Arosio, pela recondução à procuradora-chefe da Procuradoria da 24ª região, que permanece no cargo no biênio 2023-2025. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos seguem. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Jaime Elias Verruck, secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semadesc); ao Senhor André Borges Barros de Araújo, diretor-presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), por cópias autônomas, solicitando que : 1- sejam realizados estudos urgentes no sentido de rever o Decreto nº 15.166, de 21 de fevereiro de 2019, que determina medidas máximas para a captura das espécies: Jaú, Cachara, Pintado e Pacu nas bacias dos rios Paraguai e Paraná. 2 - que seja realizada a reabertura de trechos dos rios Aquidauana, Miranda e Vermelho, na bacia do rio Paraguai, estabelecidos no Decreto nº 15.908, de 29 de março de 2022, para a prática da pesca profissional, em atendimento às solicitações do vereador Abilio Vaneli e demais vereadores da Câmara Municipal de Coxim; à vereadora Luisa Aparecida Cavalheiro de Lima e demais vereadores da Câmara Municipal de Bonito, conforme solicitação anexa. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de estado de Saúde, e ao senhor Flávio César Mendes de Oliveira, secretário de estado de Fazenda, por cópias autônomas, solicitando que seja analisada a possibilidade de viabilizar recursos para aquisição de equipamentos essenciais para o funcionamento do setor de hemodiálise do Hospital Regional de Coxim, sendo eles: duas reprocessadoras automáticas de filtros dialisadores, uma bancada de recuo com torneiras, uma balança digital para cadeirantes, uma balança digital antropométrica, duas impressoras de etiquetas, para atender à solicitação da vereadora Adriana, da Câmara Municipal de Coxim, e do Hospital Regional de Coxim, conforme ofício anexo. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antônio Carlos Ribeiro, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, e ao coronel Renato Garnes, comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, por cópias autônomas, solicitando a possibilidade da criação de um polo, no município de Coxim, do curso de formação de soldados aprovados no concurso da Polícia Militar em andamento. Esse pleito encontra justificativa no pedido da vereadora Adriana Nabhan e demais vereadores da Câmara Municipal de Coxim, através do Ofício nº 752/2023, anexado junto a essa indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Saúde, senhor Sandro Trindade Benites, por cópias autônomas, solicitando a ampliação do saguão, climatização e construção de mais quatro salas de consultórios para atendimento médico, na Unidade de Pronto Atendimento UPA/Leblon, nesta Capital. O pleito encontra justificativa no anseio da população que encaminhou o pedido até nosso gabinete. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaríamos de registrar e agradecer a presença da senhora Tamile Jardim, esposa do deputado Rafael Tavares, que se encontra aqui no Plenário. Em nome da Mesa Diretora, gostaria de parabenizar o deputado Rafael Tavares e a deputada Gleice Jane, que estão fazendo aniversário

hoje. Hoje vai ter festa no mesmo gabinete, direita e esquerda. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, como Vossa Excelência pode ver, até a data é dividida entre a esquerda e a direita.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — E hoje não é 13, é 12.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, peço permissão para ler as indicações aqui da Mesa. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul, senhor Lindomar Ferreira da Silva, solicitando a instalação de poço semiartesianos na aldeia Tey'Kuê, no município de Caarapó. Justificativa: as lideranças indígenas solicitam essa instalação para atender as famílias da aldeia Tey'Kuê, visto que os moradores, há muito tempo, sofrem com a escassez de água para consumo e para as atividades básicas do dia. A pronta intervenção estatal se faz necessária para minimizar o sofrimento das famílias residentes no local, garantindo o acesso à água que é essencial para a sobrevivência do ser humano. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Maria do Carmo Avezani Lopes, diretora-presidente da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (Ageab), solicitando agilidade no processo de regularização fundiária das quadras 68, 72, 73 e 74, concedendo o título definitivo de propriedade aos moradores das ruas Pedro Gomes, Projetada A, Três Lagoas, Major Tomás Gonçalves, e São Paulo, localizadas no bairro Piracema, no município de Coxim. Era o que tinha, para senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Com a palavra, o deputado João Cesar Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, quem nos acompanha pela TV Alems e que se faz presente nesta distinta Casa de Leis. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, doutor Hélio Peluffo, ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a substituição das seis pontes de madeira, por concreto, no município de Cassilândia, na região de Sete Placas, no distrito de Indaiá do Sul. Esse pleito atende ao pedido dos vereadores Arthur Barbosa, José Martiniano, Leandro Rosa, Nelson Gomes, Zé Divino, e Fião. Senhor presidente, quero agradecer aos comandantes do Corpo de Bombeiros, doutor Frederico, e ao senhor Renato, da Polícia Militar, pela resposta favorável ao nosso ofício, solicitando estudo de viabilidade para que a licença-paternidade dos policiais militares entre em conformidade com a legislação federal, de cinco para vinte dias, lembrando que essa é também uma demanda do deputado Coronel David. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro, nobres pares, senhores e senhoras que nos honram com a sua presença neste Plenário, e a quem nos assiste através da TV Assembleia. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando estudos de viabilidade para o patrolamento e encascalhamento da MS-418, trecho conhecido como Estrada do Olho D'água, que liga o município de Coxim a Pedro Gomes. A presente indicação encontra justificativa na reivindicação de moradores que utilizam a rodovia supracitada e padecem com seu precário estado de conservação, devido ao grande fluxo de veículos de propriedades rurais, moradores e usuários que trafegam diariamente na rodovia 418. Justificativa anexa. Quero fazer a leitura de um projeto de lei. Artigo 1º. Determina que todos os veículos de comunicação dos órgãos públicos do estado de Mato Grosso do Sul, divulguem em suas plataformas digitais de rádio e televisão, informes sobre cuidados com a saúde mental. Parágrafo primeiro. Para efeito desta lei, entende-se como veículos de comunicação dos órgãos públicos os sítios eletrônicos oficiais localizados na rede de internet, emissoras de rádio difusão, emissoras de televisão dos órgãos administrativos, Executivo, Judiciário, autarquias e fundações, assim como suas redes sociais oficiais. Parágrafo 2º. Considera-se, conforme previsto no artigo 1º desta lei, os sítios eletrônicos, endereços e telefones e entidades essenciais de apoio governamentais e privados, que podem ser acionados para tratamento de transtornos mentais, preventivos e corretivos. Artigo 2º. A mídia deve ter um papel proativo na prevenção do suicídio, ao divulgar as seguintes informações junto com às notícias sobre o suicídio, portanto objetivos da política que trata esta lei. Inciso I. Lista de servidores de saúde mental disponíveis e telefones, endereço de contato onde se possa obter ajuda devidamente atualizadas com sinais de alerta de comportamento suicida (...) Inciso III. Esclarecimento mostrando que o comportamento suicida frequentemente associa-se com depressão, sendo que esta é uma condição tratável. Inciso IV. Demonstração de empatia aos sobreviventes, familiares e amigos das vítimas com relação ao seu luto, oferecendo números de telefones e endereços de grupos de apoio disponíveis, aumentando a probabilidade de intervenção por parte de profissionais de saúde mental dos amigos e da família em momentos de crises suicidas. Artigo 3º. Esta lei possui objetivo de disseminar os dados sobre as entidades que atuam no atendimento às pessoas com transtornos mentais e facilitar o acesso às informações sobre os cuidados com saúde mental. Artigo 4º. O Poder Executivo do estado de Mato Grosso do Sul poderá regulamentar o disposto nesta lei em até sessenta dias contados a partir da sua promulgação. Artigo 5º. Essa lei entra em vigor na data da sua publicação. Justificativa. Senhor presidente, historicamente a saúde mental tem consciência enigmática influenciados por contexto sóciopolítico e pela evolução das práticas em saúde. Nos dois últimos séculos tem sido ascendente um discurso indispensável que define esses termos com específicos do campo da Medicina, mas a consolidação e o cuidado em saúde multidisciplinar em diferentes áreas de conhecimento têm gradualmente incorporado tais conceitos. De acordo com a OMS, a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade, já que essa definição em 1946 foi inovadora e ambiciosa porque ao invés de oferecer um conceito inapropriado de saúde, expandiu a noção incluindo aspectos físicos, mentais e sociais. Ainda, segundo a Organização Mundial de Saúde, a saúde mental é caracterizada por um estado de bem-estar, onde a

pessoa é capaz de apreciar a vida, trabalhar e contribuir para o meio em que vive, ao mesmo tempo que administra suas próprias emoções. Senhor presidente, pelo fato de essa justificativa ser extensa na questão de mérito, sugiro que ela seja discutida detalhadamente em outra oportunidade. De acordo com os levantamentos realizados pela Unale, em toda a federação, é muito alto o índice de suicidas que vem ocorrendo no Mato Grosso do Sul, suicídios que ocorrem através de arma branca, arma de fogo, entre outros. É de salutar importância que os meios de comunicação divulguem meios para socorrer as pessoas, e nós precisamos fazer a nossa parte. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, pessoas que atendem a nossa Sessão na data de hoje. Tenho algumas indicações, mas a primeira delas tem uma importância muito significativa e simbólica, porque trata da questão da reforma do Estádio Pedro Pedrossian, "O Morenã". Essa reforma que está parada há algum tempo é muito aguardada pelos amantes do esporte que estão preocupados com o futuro da atividade esportiva no Mato Grosso do Sul, e por aqueles que querem ver o nosso futebol prosperar novamente. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à presidente da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Cultura da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, senhora Nilde Brum, solicitando informações sobre a reforma do Estádio Pedro Pedrossian, o Morenã, com o prazo para entrega da obra e cronograma completo da reforma. Quero também solicitar uma audiência para apresentação desses dados por parte da fundação, com a participação dos esportistas e clubes da nossa capital, que anseiam pela reabertura do Morenã, e convidar o Operário Futebol Clube para participar. Justificativa: a referida solicitação se faz pertinente, tendo em vista que a população de Campo Grande sente falta de uma arena esportiva, como o Morenã, para a prática de esportes, em especial o futebol, que poderá abrigar shows e espetáculos de cultura e arte. A falta de um aparelho do porte do Morenã tem trazido inquietude e incertezas aos amantes do futebol em nossa sociedade. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente da Sanesul, senhor Renato Marcilio da Silva, solicitando providências no sentido de cessar a falta de abastecimento de água que ocorre em vários bairros da cidade de Miranda. Justificativa: a referida solicitação é fruto da reivindicação de moradores de diversos bairros de Miranda, que entraram em contato com esse gabinete, reclamando que tem sido recorrente as interrupções no fornecimento de água, o que tem causado transtornos à população, especialmente nesse período de altas temperaturas. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente do Dnit de Mato Grosso do Sul, para construir a ciclovia na BR-060, entre KM 416 e o KM 420, que se situa na saída da cidade de Sidrolândia, com destino à cidade de Nioaque e Maracaju. Justificativa: o referido local possui grande fluxo de trabalhadores que transitam de bicicleta e estão sob risco de acidente, pois disputam o mesmo espaço de carros, caminhões e caminhonetes que trafegam com velocidade, podendo causar a morte dos transeuntes. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado

expediente deste Poder ao diretor-presidente da Energisa de Mato Grosso do Sul, senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, para que verifique a possibilidade de realizar serviços de manutenção da rede de distribuição de energia elétrica no município de Nova Alvorada do Sul. Justificativa: o pedido em apreço foi formulado pelos moradores do município que sofrem constantemente com as interrupções e oscilações do sistema de distribuição de energia que ocasionam a queima de aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos, gerando transtornos e prejuízos à população. A referida manutenção visa a melhoria do serviço operado pela concessionária para garantir a satisfação das necessidades dos usuários. Justificativa: a proposição requer que sejam adotadas as medidas necessárias para o efetivo fornecimento de energia elétrica a todos os municípios, por se tratar de serviço público essencial. São essas as nossas indicações, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da prefeita Gerolina da Silva Alves, prefeita do município de Água Clara, e do senhor José Nenino Moreira, vereador do município de Ponta Porã. Com a palavra, o nobre deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, e a todos que acompanham a Sessão. Moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos policiais civis da Delegacia Especializada de Furtos e Roubos de Veículos (Defurv); à Delegacia Especializada de Repressão à Roubos, Assaltos e Sequestros; e ao policial penal lotado no Garras, em reconhecimento a uma operação que resultou no desmantelamento de uma quadrilha que planejava sequestrar vítimas e levar os veículos para a Bolívia. O fato ocorreu no dia 08 de dezembro, e esta Casa reconhece a ação empreendida pelos policiais civis do Garras e da Defurv, que realizaram operações de acompanhamento a esses criminosos que nesse dia realizou uma abordagem que resultou no óbito de todos os criminosos envolvidos. Eu gostaria de enaltecer o delegado Caio Henrique Jerônimo Macedo, o delegado Pedro Henrique Pilar Cunha, o delegado Guilherme Sarian, o delegado Guilherme Scucuglia César, o investigador de polícia Nilton César Sales dos Santos, o investigador Jackson de Souza Fernandes, o investigador Bruno Augusto Cordeiro, o investigador de polícia Márcio César Pontes, o investigador de polícia José Donizete Ferreira dos Santos, o investigador Igor Lima Vieira, o investigador Fabiano Alécio Manfrin, o investigador Fábio Lopes Medeiros, o investigador Kamel Diogo Nascimento dos Santos, o investigador Kawhe Tiago Souza Torres, o investigador de polícia Dionísio Gomes Pego, e o policial penal Victor Ribeiro Venâncio dos Santos que está lotado no Garras. Essa é mais uma ação da Polícia Civil que mostra porque o Mato Grosso do Sul é um dos estados mais seguros do Brasil, porque a nossa polícia não dá moleza para bandido. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao sargento Carlos Emanuel Moraes da Cunha, da Marinha do Brasil, em reconhecimento a sua eleição como presidente da União dos Veteranos da Marinha do Brasil, em Campo Grande. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, deputadas Gleice e Lia Nogueira. Eu tenho um projeto de lei que institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, o mês "Janeiro Branco", a ser dedicado à realização de ações educativas para difusão da saúde mental. Artigo 1º. Institui o "Janeiro Branco", a ser realizado anualmente em janeiro, com o intuito de difusão da saúde mental. Artigo 2º. O "Janeiro Branco" é destinado à realização de campanhas de esclarecimentos e outras ações educativas e preventivas pela sociedade em geral, poder público estadual, iniciativa privada e outros setores na sociedade civil organizada com vistas à difusão da saúde mental a partir das seguintes diretrizes: mobilização de todos os setores da sociedade na discussão da saúde mental, promoção e discussões, debates e iniciativas com convocação de toda a sociedade para o exercício da cidadania em prol das questões relativas à saúde mental; inclusão nos eventos, calendários ações e atividades que foram realizadas no decorrer do mês de janeiro de informações e mensagens educativas com foco na saúde mental; buscando a conscientização geral sobre o tema. O mês "Janeiro Branco" passa a integrar o anexo ao Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, substituído pela Lei Estadual ° 3.945 de 4 de agosto de 2010. O "Janeiro Branco" foi idealizado em 2013 por psicólogos de Minas Gerais, com o intuito de tornar o mês de janeiro oficial para promover ações em prol da saúde mental. Como é comum as pessoas repensarem suas vidas, planos e sonhos para o Ano Novo, o mês de janeiro foi escolhido por representar um marco inicial. A cor branca foi escolhida pelo fato de ser no espectro de cores a junção de todas elas, remetendo à ideia de que para ter saúde mental, o indivíduo precisa estar em harmonia em todas as áreas de sua vida, já que a pandemia impôs novos costumes e o isolamento social contribuiu para despertar desconfortos emocionais e até doenças como transtorno de ansiedade e depressão. Nesse contexto, a campanha "Janeiro Branco", busca reforçar a importância da rede de apoio, do cuidado com a saúde mental e das múltiplas necessidades públicas e privadas, relativas à saúde mental das pessoas. Eu acho que o tema é tão importante que hoje tivemos aqui dois projetos de leis que falam sobre a importância de cuidar da saúde mental. É o que eu tinha, seu presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores que nos assistem. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Energisa, senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando, em caráter de urgência, providências para melhoria na distribuição de energia elétrica nas ruas 24 de Junho e Marechal Rondon, localizadas no distrito de Ipezal, no município de Angélica. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, solicitando a viabilização de verbas oriundas da União a serem aplicadas em obras de reformas e melhorias na infraestrutura do Centro Poliesportivo e Recreativo (Ceper) do bairro BNH 2º Plano, no município de Dourados. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o aniversariante do dia, o jovem deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, presidente, nobres colegas e a todos que acompanham a Sessão de hoje na Assembleia Legislativa. Eu trago aqui um projeto de lei que inclusive encaminhei para o governador Eduardo Riedel, para fazer uma pequena alteração na lei que fala sobre a questão social de energia elétrica aqui no Mato Grosso do Sul, para aquelas pessoas que estão inscritas no programa e consomem até 220 KW/h tenham o benefício de não fazer o pagamento dessa conta porque hoje, se a pessoa ultrapassar os 220 KW/h, ela tem que pagar integral. Eu recebi no meu gabinete uma senhora que é um exemplo real da situação da população: ela tem um filho especial e, em função do calor, acabou excedendo os 220 KW/h e teve que pagar a conta integral. A alteração nesse projeto de lei é para que a população de baixa renda pague somente o excedente, porque ela precisa desse benefício do governo. Somente isso, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente, colegas deputados, senhores e senhoras que prestigiam essa Sessão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Pascoal Carmelo Leandro, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, pela conquista inédita do Selo Excelência no Prêmio CNJ de Qualidade 2023, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça, ao singular tribunal, com o maior percentual relativo dentre todos os segmentos de Justiça, entregue durante o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário no Centro de Convenções de Salvador, na Bahia, no dia 05 de dezembro do corrente ano. Senhor presidente, eu gostaria que a moção fosse redigida da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos anseios da população sul-mato-grossense, congratula-se com o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TER/MS), na pessoa do seu presidente, desembargador Paschoal Carmelo Leandro, parabenizando pela conquista do "Selo Excelência" do Prêmio CNJ de Qualidade 2023, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A corte sul-mato-grossense ficou em primeiro lugar dentre os noventa e dois tribunais do país e foi consagrada a melhor do Brasil pela pontuação recorde de 98,8%, perfazendo mil e vinte e três pontos de mil e trinta e cinco realizáveis. Pela terceira vez, conquistou na categoria eleitoral o Selo Diamante, a mais alta honraria concedida pelo CNJ, no segmento. Portanto, receba desta Casa o reconhecimento e os votos de êxito, externando as considerações a quem se dedica a desempenhar sua atividade com extremado denodo e inquebrantável vigor". Senhor presidente, encaminho à Mesa algumas reivindicações para a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Campo Grande e para a Agetran, na pessoa do senhor Marcelo Miglioli e do senhor Janine de Lima Bruno, respectivamente. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia autônoma ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviço Público, Ednei Marcelo Miglioli, solicitando Operação Tapa-Buraco e recapeamento da avenida Tiradentes, no bairro Taveirópolis, nesta Capital. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado do Mato Grosso do Sul, com cópia ao secretário Hélio Peluffo e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), solicitando que seja realizado o recapeamento da rodovia MS-379, entre os municípios de Laguna Carapã e Dourados. A proposta em questão visa a atender a solicitação encaminhada diretamente ao meu gabinete pelo senhor Roberto Pinto. Ao longo do tempo, temos observado um aumento significativo nos problemas relacionados ao estado do asfalto, incluindo buracos, desgaste e irregularidades que comprometem a segurança dos motoristas e pedestres. A rodovia MS-379 é vital para a mobilidade e desenvolvimento da região, sendo um importante corredor de transporte para a população local, além de facilitar o escoamento de produtos e mercadorias, mas as condições precárias da via têm impactado negativamente a fluidez do tráfego e aumentado os riscos de acidentes. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, deputadas Mara Caseiro e Gleice Jane, público nos acompanha neste Plenário e pela TV Assembleia. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, ao vice-governador do estado, senhor Barbosinha, e ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, com cópia ao senhor Ademar Silva Júnior, diretor-presidente da Fundação de Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab), solicitando a destinação de recursos para aquisição de alguns itens fundamentais na Casa do Trabalhador de Dourados. Nós recebemos em nosso gabinete muitas reclamações porque o local de atendimento ao público não possui ar-condicionado e as pessoas têm que enfrentar a temperatura elevada, o que chega a ser até desumano, causando desconforto para quem vai em busca de emprego. Lembrando que Dourados, hoje, conta com o terceiro lugar no ranking de colocação de pessoas no mercado de trabalho, conforme os dados levantados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em função disso, estamos solicitando climatizadores e ar-condicionados para acomodar melhor as pessoas que vão em busca de oportunidade no mercado de trabalho. Eu tenho certeza de que o governo, sensível a este problema, vai atender ao nosso pedido, já que ar-condicionado não é supérfluo, mas uma necessidade. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões, solicitando a disponibilização de um espaço para recepcionar os

pacientes e acompanhantes em atendimento contínuo no Hospital Regional de Dourados, que vai atender toda a região do sul do estado. É uma obra imensa que deve ser finalizada até o final deste ano, e a maioria desses pacientes e seus acompanhantes vêm de outros municípios e ficam sem lugar para se hospedar, sem ter condições de pagar por uma estadia. Eu creio que a presente indicação será de suma importância para que a gente possa não somente garantir o atendimento humanizado, mas também fazer esse acolhimento. Com a sua licença, senhor presidente, por uma questão de ordem, eu gostaria de apresentar uma moção de pesar aos familiares do prefeito de Laguna Carapã, senhor Ademar Dalbosco, que vinha enfrentando uma luta contra o câncer e acabou falecendo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito que essa moção possa ser feita em nome da Casa para que todos os deputados sejam contemplados, se a senhora permitir.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Gostaria de aproveitar a oportunidade para lembrar que ontem foi empossada a Zenaide Espindola, que estava como vice-prefeita em Laguna Carapã, e agora, em função do ocorrido, assumiu a prefeitura. Desejo que ela faça um bom trabalho e conte com a nossa parceria. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 06925/2023, 06924/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 06923/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: sete indicações (Prot. nºs 06911/2023, 06912/2023, 06913/2023, 06914/2023, 06915/2023, 06916/2023, 06910/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 06928/2023, 06927/2023); um projeto de lei (Prot. nº 06929/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: cinco indicações (Prot. nºs 06888/2023, 06900/2023, 06902/2023, 06901/2023, 06889/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: cinco indicações (Prot. nºs 06874/2023, 06881/2023, 06880/2023, 06873/2023, 06872/2023); quatro moções de congratulação (Prot. nºs 06876/2023, 06878/2023, 06879/2023, 06875/2023); dois projetos de lei (Prot. nºs 06877/2023, 06871/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 06922/2023); um requerimento (Prot. nº 06887/2023); um projeto de lei (Prot. nº 06921/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: três indicações (Prot. nºs 06905/2023, 06907/2023, 06906/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 06885/2023, 06884/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 06883/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 06926/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 06918/2023, 06917/2023).). Gostaríamos de registrar e agradecer a presença do senhor Luiz Carlos Damasceno, vereador do município de Japorã, também do senhor Gilson José da Silva, presidente da Câmara de Caarapó, ao senhor Gilberto Segov, vereador também no município de Caarapó. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Senhor presidente, eu vou fazer inversão com a deputada Mara Caseiro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, por inversão, a presidente da Escola do Legislativo, presidente da CCJR, deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — sem revisão da oradora — Quero agradecer ao deputado Antonio Vaz por fazer a inversão comigo. Hoje eu vou falar sobre a conclusão do primeiro concurso de redação da Escola do Legislativo Ramez Tebet. E já que estamos falando de educação, quero também parabenizar e abençoar fortemente o meu filho Matheus que hoje apresentou o TCC e foi aprovado, o que para mim é motivo de muito orgulho. Eu falei para o Marcio que daqui alguns dias ele será mais um concorrente na Medicina Veterinária. Quero parabenizar também a deputada Gleice Jane e o deputado Rafael Tavares pelo aniversário. Que Deus os abençoe. Senhor presidente, hoje a partir das 13:30 nós faremos a entrega do prêmio aos quarenta finalistas do primeiro concurso de redação da Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet. Foram cento e seis redações inscritas e quarenta passaram para a última fase. Cento e noventa e oito escolas aderiram ao concurso, quarenta e sete mil alunos participaram, sessenta e dois municípios se inscreveram, foram trezentos orientadores, cinquenta coordenadores. Então, hoje nós temos quarenta escolas finalistas, ou seja, quarenta alunos de treze municípios. O percentual de adesão aqui na Capital foi de 57% e 43% do interior, dez escolas particulares e trinta escolas públicas, mas o que chamou atenção dos professores e da banca avaliadora foi a média das redações, que foi de 8.89. Nós tivemos aqui em Campo Grande vinte e três escolas selecionadas: Centro Estadual de Educação Profissional Padre João Greiner, Colégio e Curso Almirante Tamandaré, Colégio Harmonia, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Colégio Nota 10 (unidade Garças), Elite Mace, Escola Estadual Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias, Escola Estadual 26 de Agosto, Escola Estadual Amando de Oliveira, Escola Estadual Aracy Eudociak, Escola Estadual General Malan, Escola Estadual Luisa Vidal Borges Daniel, Escola Estadual Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, Escola Estadual Padre Mário Blandino, Escola Estadual Professora Clarinda Mendes de Aquino, Escola Estadual Emídio Campos Vidal, Escola Estadual Professor Severino de Queiroz, Escola Estadual Professor Silvio Oliveira dos Santos, Escola Estadual Rui Barbosa, Escola Estadual Vespasiano Martins, e Instituto Federal e Maestria; em Caarapó a finalista foi a Escola Joaquim Alfredo Soares Vianna; em Caracol a Escola Estadual Doutor Rubens de Castro Pinto; em Dourados foram quatro finalistas: Escola Estadual Presidente Vargas, Nota 10 Internacional, Escola Estadual Antônia da Silveira Capilé e Escola Estadual Rita Angelina Barbosa Silveira; em Fátima do Sul a escola finalista foi a Senador Filinto Muller; em Glória de Dourados foi a Escola Estadual Professora Eufrosina Pinto; em Nova Alvorada do Sul foi a Escola Estadual Delfino Nogueira de Souza; em Ponta Porã foi a escola Magsul; em São Gabriel do Oeste foi a Fundação Educacional Cristo Rei; em Três Lagoas foi a Escola Anglo; em Aparecida do Taboado foi a Escola Estadual Ernesto Rodrigues; em Aquidauana foram três escolas: Centro de Educação Profissional Geraldo Garcia Ferreira, Escola Estadual José Alves Ribeiro, Escola Estadual Marly Russo Rodrigues; em Bela Vista foi a Escola Estadual Ester Silva. Hoje a premiação para o primeiro, segundo e terceiro finalistas será um iPhone, um notebook e um tablet, e para os finalistas até o trigésimo lugar o prêmio será um Kindle. Quero, portanto, convidar os deputados, os servidores desta Casa para, a partir das 13:30 horas, participarem da entrega dos prêmios aos alunos finalistas e às escolas

que também receberão, em espécie, dez mil reais para a primeira colocada, sete mil para a segunda colocada e cinco mil reais para a terceira colocada. Quero agradecer ao presidente Gerson Claro e à Mesa Diretora pelo olhar de sensibilidade e apoio para que esse primeiro concurso acontecesse. Agradecer também à Secretaria de Estado de Educação, através do secretário Hélio Daher, que foi de extrema importância; à Energisa; à Academia Sul-Mato-Grossense de Letras à equipe da Escola do Legislativo, através do Thiago, do Oswaldinho, parceiros que não mediram esforços para que esse concurso fosse coroado de grande sucesso. Quero lembrar que logo mais teremos a cantata de Natal, com a apresentação do Coral da Assembleia, que com certeza será um grande evento. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu não tenho dúvida de que será um evento glorioso, já que teremos a participação de toda a comunidade acadêmica, e esse sucesso se deve ao debate do trabalho do Poder Legislativo e do poder público de maneira geral. Quero registrar que estão disponíveis nos grupos, para conhecimento dos deputados, dois acordos de lideranças. Esses acordos são referentes aos projetos que entraram ontem e são extremamente necessários, visto que em razão do período eleitoral, os municípios não podem dar isenção, há uma série de limitações e o governo enviou dois projetos referentes à Agehab, podendo os municípios dar isenção da parte deles em projetos habitacionais. É preciso aprovar esses projetos ainda este ano para que não haja impedimento do programa habitacional nos municípios, inclusive há um projeto específico de Campo Grande. Lembrando que o acordo de lideranças firmado vai para CCJR amanhã. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de inverter o meu tempo com o deputado Lidio Lopes.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Obrigado, deputado Pedro Kemp, por me conceder esse espaço. Senhor presidente, nobres pares, venho usar esta tribuna para fazer um esclarecimento à população, porque eu sempre tratei o meu mandato com muita tranquilidade, com muita lisura e respeito aos eleitores, principalmente no que tange à sigla partidária. Em 2013, eu assumi um partido chamado PEN, aqui em Mato Grosso do Sul, e o levei para os setenta e três municípios. Em 2018, esse partido foi organizado para mudar o nome, porque o ex-presidente Jair Bolsonaro viria se filiar ao partido. Depois de tudo encaminhado para ele vir, o já falecido Bibiano articulou e ele acabou se filiando ao PSL. Em 2014, eu concorri à reeleição e fui eleito pelo PEN; já em 2018, eu fui eleito pelo Patriota e comecei uma caminhada, levando esse partido a disputar as eleições no estado de Mato Grosso do Sul. Conseguimos nas prefeituras a eleição de trinta e dois vereadores, quatro prefeitos e quatro vice-prefeitos, inclusive a prefeita da Capital. Foi então que começamos a trabalhar e fizemos do Patriota, em Mato Grosso do Sul, um dos maiores partidos em número de prefeitos eleitos no país, por estado respeitada a proporcionalidade. Em 2022, alinhando novamente, o ex-presidente Jair Bolsonaro se organizou para vir para o Patriota, inclusive filiando o seu filho Flávio Bolsonaro, que era senador da República. Tudo encaminhado para que o Bolsonaro viesse para o partido, mas o ex-presidente Adilson

Barroso, que foi o mentor e idealizador, o homem que criou o partido no país, levou um arrastão porque o partido fez uma fusão com o PRP, cujo presidente era o Ovasco que ficou com a vice-presidência, com 42% da organização do partido. Ele pegou um deputado de Minas Gerais e outro do Amazonas, juntou os índices e com mais de 50% convocou uma convenção extraordinária, mudou todo o cenário e entrou no TSE. Como o TSE é conduzido pelo ministro Alexandre de Moraes, obviamente jogaram tudo contra o Bolsonaro que, por segurança, veio para o PL. Assim sendo, o Patriota deixou de ser o maior partido em número de deputados eleitos no país porque migraram todos para o PL que elegeu noventa e nove deputados federais. Com isso eu fiquei com um partido reduzido que não atingiu a cláusula de barreira, e tive que fazer fusão com o PTB que foi homologado no último dia 08 de novembro. Depois de aguardar quase um ano pela fusão, saiu a decisão e alguns estados vão ficar com o Patriota e outros com o PTB, mas no Mato Grosso do Sul ainda não definiram os estados. Resguardada a proporcionalidade e tendo em vista que em 2022 não tinha fundo partidário e nada atrativo para montar uma chapa, eu não lancei candidatos à chapa de deputado federal, mas o PTB montou, e agora a tendência para resguardar essa questão de voto para deputado federal é que a condução do partido fique no Mato Grosso do Sul. Como eles estão empurrando com a barriga essa definição de quem vai presidir, como a janela para deputado estadual só abre em 2026 e não tendo ficado comigo a presidência do partido que será conduzido por um ex-senador da república, inclusive com desgaste dentro do estado, eu resolvi protocolar junto ao TRE a minha desfiliação do Patriota, partido que conduzi com muita galhardia e maestria desde 2013. Portanto, eu estou me desfiliando, mesmo tendo trinta e cinco vereadores eleitos pelo Patriota e quatro prefeitos. Na verdade, tínhamos cinco com a prefeita da Capital, mas ela foi para o PP. Sem dúvida o partido cresceu muito e sempre foi muito respeitado no Mato Grosso do Sul. Eu conversei com os vereadores e solicitei que eles continuassem filiados ao partido, até para que não ficasse nenhuma pendenga judicial, já que em março abre a janela para os vereadores e eles poderão se filiar ao partido que desejarem, mas obviamente todos sairão do Patriota. Então, é com tristeza que eu falo isso, porque foi um partido que eu construí do zero, com muito carinho e esmero, mas tive que sair. Como presidente da Unale, levei uma pauta ao TSE, para que sejam discutido os fundos partidários para deputados estaduais, pois nós sofremos demais por isso, principalmente na época das eleições, quando temos que ficar com o pires nas mãos, pedindo recursos aos federais porque são eles que mandam no partido, não são os senadores, deputado Roberto Hashioka, acabamos sendo cabos eleitorais de luxo dos deputados federais. Eu levei essa pauta ao ministro Edson Faquin e ao ministro Alexandre de Moraes, porque hoje nós temos cotas de fundo partidário para mulheres, para negros e pardos, temos vários segmentos com cotas partidárias, mas não temos cota para deputado estadual. E quando você vai falar com o presidente, deputado João Henrique e deputado João César Mattogrosso, eles dizem: você pode eleger dez deputados estaduais no seu estado que eu não tenho interesse nenhum se você não me der um deputado federal. Então, a gente não tem valia nenhuma para o partido, é só para preencher vagas nas Assembleias Legislativas e isso é muito ruim para o Parlamento. A Unale conseguiu viabilizar e apresentar em dezenove estados da Federação uma pauta para emenda na Constituição, solicitando mudanças, autonomia e mais atuação dos parlamentos estaduais. A pauta que nós levamos ao TSE foi exatamente essa que está sendo discutida no Senado, determinar cota de fundo partidário para que os deputados estaduais possam ser respeitados e passem a ter valia para os partidos. Nesse sentido,

existe uma dificuldade muito grande em trabalhar com partidos pequenos. Então, senhor presidente, venho aqui comunicar que me desfilei do Patriota, vou seguir por um período sem partido e avaliar qual o melhor caminho que a gente pode seguir e levar os nossos seguidores e correligionários que atuam conosco na política de Mato Grosso do Sul. É o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 289/2023. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 42/2023. "Institui o Plano Plurianual do estado para o período de 2024 a 2027". A redação final foi elaborada pela Comissão de Finanças e Orçamento. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Decreto Legislativo nº 289/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (PATRIOTA) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Não.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

D DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e dois votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 290/2023. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 43/2023. "Estima a receita e fixa a despesa do estado de Mato Grosso do Sul para o exercício financeiro de 2024". A redação final foi elaborada pela Comissão de Finanças e Orçamento. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Estamos votando o orçamento de 2024.

Projeto de Lei nº 290/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (PATRIOTA) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Não.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

D DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e dois votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 027/2023. Autora: Mesa Diretora. "Aprova o Plano de Aplicação de Recursos do Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundersul), para o exercício de 2024". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. A Comissão de Controle da Eficácia Legislativa e Legislação Participativa emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Jamilson Name. Em discussão. Para discutir, deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste. Essa parceria do governador tucano, do governador do PSDB com o PT, claramente exposta na mídia, deputado Zé Teixeira, deputado Rafael Tavares, me assusta porque estou começando a ver, na prática, o governador Eduardo Riedel adotar as medidas do Partido dos Trabalhadores, inclusive aquelas que levaram ao impeachment da Dilma, como pedalada fiscal. Está havendo um assalto de informações. Eu, na condição de parlamentar, solicitei informações do Fundersul com relação aos índices dos municípios e me foram negadas, mas vale lembrar que sempre houve uma dúvida desta Casa com relação ao percentual que cada município arrecada, que incide na gasolina, que incide nas vendas do agronegócio e, já que existe essa incidência, é preciso separar em dois fundos. É preciso também lembrar que desde a sua criação, na época do governo Zeca do PT, na essência da lei, era custear como fundo o nosso modal rodoviário, e isso foi se perdendo. Eu digo isso porque estamos votando o plano de aplicação, o deputado Zé Teixeira na semana passada contestou aquela votação e eu fiquei muito atento, apesar de ter votado contra, que o presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa, disse que havia um erro de grafia. Nós estávamos votando 2023/2024 e, na verdade, deputado Zé Teixeira, Vossa Excelência estava coberto de razão, nós estávamos votando 2023 e agora 2024. O que eu questiono esta Casa é sobre a pedalada fiscal. O governador Eduardo Riedel não conseguiu executar adequadamente o plano anterior do Fundersul e promoveu uma pedalada fiscal, salvo engano, no dia 06, 08 de dezembro, votando a aplicação desse fundo de 2023. Mas, como nós estamos votando a aplicação do fundo 2023, se temos vinte e pouco dias até concluir o exercício deste ano? A prova de que nós votamos uma correção daquilo que o governador quis modificar e não conseguiu executar de acordo com a previsão que essa Casa deu, é exatamente essa: nós estamos votando hoje, novamente, agora sim, o exercício 2024. Então, esse tipo de situação, deputado Zé Teixeira, deputado Hashioka, traz falta de informações, falta de publicidade, falta de compliance e traz na mídia as operações que aconteceram também com o Partido dos Trabalhadores, como por exemplo, eu pedi informações aqui, a Casa barrou, mas judicializamos e vou obter essas informações sobre as obras que estão sendo feitas no

aterro. Deputado Zé Teixeira, qualquer menino recém-formado em Engenharia sabe que é ilegal promover reequilíbrio econômico-financeiro em obras de aterro, isso existe para rodovias. Então, se esta Casa fizer o seu trabalho e não for condescendente com pedalada fiscal, com falta de informação, com subserviência, nós daremos mais orgulho à população que nos elegeu. Concedo o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu estou ouvindo Vossa Excelência falar, e como gosto muito de Matemática, sei que duzentos e um com quarenta e oito dá duzentos e quarenta e nove. Eu entendo que as obras que estão planejadas não estão concluídas, elas vão passar de 2023 para 2024 e tem que ter restos a pagar para concluir o pagamento das medições da mesma obra de 2023 em 2024. Eu estranho muito Vossa Excelência pedir explicações e não obter, porque há a obrigação de fornecer. Aquele dia eu votei o plano de aplicação de 2023, e Vossa Excelência está afirmando que já votou 2023 e está votando 2024, mas eu entendo que nós votamos 2023/2024 porque passa de um ano para outro e, na minha visão, as obras que ainda serão concluídas têm que ter restos a pagar.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Zé Teixeira, adiro a fala de Vossa Excelência. Concluindo: esse plano que, na verdade, deveria ser seguido, o governo efetiva como quer e depois manda uma correção para ratificar no final aquilo que foi feito. Temos visto o esforço do Ministério Público para demonstrar o assalto aos cofres públicos, mas o que estamos vendo é que o maior assalto que está acontecendo é referente às informações e à falta de transparência. É isso que gera corrupção, é isso que a gente viu nas pedaladas fiscais e nas ações que o parceiro do governador Eduardo Riedel, o Partido dos Trabalhadores, fez no passado.

Projeto de Lei nº 027/2023, de autoria do da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e um contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única. Projeto de Lei nº 316/2023. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Conservação de Animais Silvestres (Icas), com sede no Município de Campo Grande". A Comissão de

Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 316/2023, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, são vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em discussão única. Projeto de Lei nº 326/2023. Autor: deputado Coronel David. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores Familiares do Rio Negro (Asrio)". Em parceria com o deputado Zeca do PT, trabalhando pela agricultura familiar. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 326/2023, de autoria do deputado Coronel David.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado por unanimidade. Vai ao Expediente. Item 6. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 015/2023. Autor: Poder Executivo. "Altera a

redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 308, de 30 de maio de 2023, que dispõe sobre a concessão de vantagem pecuniária de natureza indenizatória, a ser paga como retribuição pelo exercício de função de confiança na Casa Militar e na Defesa Civil, nos termos que especifica". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei complementar nº 015/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai a ao Expediente. Item 7. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 089/2023. Autor: deputado Pedro Kemp. "Altera a ementa e dispositivos da Lei Estadual nº 3.411, de 14 de agosto de 2007, que institui a Semana Estadual da Mulher, e dá outras providências". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica e Familiar emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Lia Nogueira. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 089/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 8. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 242/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Dá ao estado de Mato Grosso do Sul o cognome de 'Estado do Pantanal'". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Turismo, Indústria e Comércio emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 242/2023, de autoria do Deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto. Senhor presidente, quero parabenizar o deputado Junior Mochi por essa iniciativa e dizer de uma experiência que eu e a deputada Mara Caseiro tivemos recentemente, na Conferência Nacional da Unale. Naquela oportunidade, quando nós nos identificávamos como deputadas estaduais do estado de Mato Grosso do Sul, vinha algum deputado, uma autoridade que estava no evento e se referia a nós como deputadas de Mato Grosso e a gente persistia: Mato Grosso do Sul! Eu não acredito que essa falta de identidade de Mato Grosso do Sul será resolvida, mas avança, traz uma característica,

traz uma identidade, e o governo do estado, a Assembleia Legislativa, serão fundamentais para podermos trabalhar mídias e campanhas publicitárias com relação a isso sempre: "Mato Grosso do Sul, Estado do Pantanal". Com isso a gente ganha muito, ainda mais no momento em que Mato Grosso do Sul se transforma em um estado de vanguarda, trazendo para este Parlamento o projeto do Executivo, que é o projeto de lei do Pantanal, para preservar o nosso ecossistema. Parabéns, deputado! Acho que ainda está longe de alcançar a identidade que a gente quer, nós queremos ser chamados de sul-mato-grossenses, de Mato Grosso do Sul, mas aí fora ainda é muito difícil, e creio que com isso o estado perde muito na economia, no turismo e no agronegócio. Era isso. Voto sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Declaração de voto, senhor presidente. Primeiramente quero agradecer aos deputados que já se identificam no painel e, por maioria, votaram favoráveis à criação do cognome "Estado do Pantanal". Agradeço à deputada Lia Nogueira, que na sua fala disse que esse é o início, é um pontapé inicial de termos o Mato Grosso do Sul reconhecido por ser o estado do Pantanal. Acho que ao longo do tempo nós haveremos de auferir os resultados e que isso possa trazer ao estado a sua verdadeira identidade e nos vinculando àquele que hoje é o único ecossistema no mundo, um bioma que o mundo inteiro tem voltado os olhos, tanto para a Amazônia quanto para o Pantanal. Acho que esse diferencial é importante e acredito, sinceramente, que na medida em que o poder público estadual e as outras instituições vincularem "Mato Grosso do Sul, Estado do Pantanal" em todas as suas peças publicitárias, nós haveremos de ter a certeza de que estar vivendo no Mato Grosso do Sul, o nosso estado, o estado do Pantanal, é trazer o Pantanal para nós, porque é um patrimônio importante que vai trazer resultados, sem sombra de dúvidas, do ponto de vista econômico e social.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Declaração de voto, senhor presidente. Eu vou votar contra e quero explicar, pedindo vênias ao deputado Junior Mochi. Primeiramente acho que é por uma questão cultural. Até a legislatura passada, nós comemorávamos o feriado da divisão do estado no dia 11 de outubro, e não a criação do estado. Então foi uma mudança, um projeto de lei que tramitou nesta Casa, de nossa autoria, considero um projeto cultural importante, mas nós temos aqui vários estados, inclusive fora do Brasil que adotam na verdade dentro do seu nome próprio, o sul e o norte. Há, por exemplo, a Carolina do Sul e a Carolina do Norte; o Rio Grande do Sul, o Rio Grande do Norte, e se tem alguém que tem que acrescentar uma identidade atual é o Mato Grosso do Norte, visto que já temos dois estados no Brasil com o Sul e com o Norte. Em Mato Grosso tem grande parte do Pantanal, a maior parte é nossa, mas lá eles também têm Pantanal, portanto um ensaio para colocar o cognome "Estado do Pantanal" me traz a possibilidade de a gente daqui alguns dias discutir a mudança do nome do nosso estado que eu defendo que continue sendo Mato Grosso do Sul. Me dá arrepio só de cogitar a sigla PT para o nosso estado e, mais ainda, os gastos com publicidade que teríamos que ter para divulgar a mudança do nome do nosso estado. É como penso e voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A sigla já é criação de Vossa Excelência, porque não é necessariamente isso, e não é esse o debate. Desculpe a intervenção, mas, na verdade, nós já estamos usando o cognome "Estado do Pantanal" e nos sentimos orgulhosos de ter o Pantanal que é a maior planície alagada de água doce do mundo. Acho que nós temos que nos apropriar do Pantanal porque ele é nosso, é lindo e é um patrimônio da humanidade. Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e dois votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à Segunda. item 9. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, vinte e seis indicações, uma moção de aplauso e três moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Item 10. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Eraldo Lopes da Silva. Proposta pela Mesa Diretora, em razão do falecimento do senhor Ademar Dalbosco, prefeito do município de Laguna Carapã. Senhores deputados, solicito que as comissões de mérito possam trabalhar no projeto do Pantanal para que neste ato haja a possibilidade de amanhã, num acordo de Plenário, antecipar a votação, dependendo de um calendário da vinda de ministro ao nosso estado. Gostaria de registrar a presença do senhor Jonas de Paula, diretor da FM 104.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu quero convocar os membros da CCJR, deputados João Cesar Mattogrosso, Junior Mochi, Antonio Vaz e Pedro Pedrossian Neto para a sessão ordinária amanhã de manhã e para a sessão extraordinária às 14:30h, para que a gente possa limpar a pauta. Além da conclusão dos trabalhos, quero convidá-los também para a entrega dos prêmios do 1º Concurso de Redação da Escola do Legislativo, e para a Cantata de Natal, que vai acontecer às 17h30min., com a apresentação do Coral da Assembleia Legislativa. Obrigada, senhor presidente.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Sem partido) — Senhor presidente, gostaria de solicitar a Vossa Excelência e à Mesa Diretora que seja inserida na pauta o PL nº 62/2021, de nossa autoria.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Gostaria de lembrar aos senhores deputados que nós temos uma série de projetos para encerrar dia 19/12/2023, nesses três dias de sessão. Hoje, às quatorze horas, teremos a entrega dos prêmios do 1º Concurso de Redação, no final da tarde a Cantata de Natal que será na rampa de acesso, uma linda festa. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h17min).